

PARA ONDE VAI A POLÍTICA EDUCACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES? UM ESTUDO DE CASO SOBRE OS ARRANJOS MULTINÍVEIS DE IMPLEMENTAÇÃO DO PIBID 2007-2022

Juliana Cristina Araujo do Nascimento Cock

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

juliana.cock@ufes.br

Introdução do problema

Este trabalho apresenta uma síntese dos principais resultados da pesquisa de tese de doutorado desenvolvida pela autora (COCK, 2022) entre os anos de 2019 e 2022 no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). O objeto de estudo foi o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid). O Pibid é um programa de incentivo ao magistério, ainda em vigor, criado pelo Ministério da Educação (MEC), em 2007, sob os auspícios da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). O seu foco é a formação inicial de professores a partir de parcerias entre Instituições de Ensino Superior (IES) e redes públicas de educação básica. Nesse programa, atuam como cofomadores professores do ensino superior e da educação básica, com realização de atividades de iniciação à docência em escolas-campo, tendo como principais sujeitos-alvo os licenciandos bolsistas de iniciação à docência.

Na construção do problema de pesquisa considerou-se as mudanças nos desenhos institucionais do Pibid ao longo do tempo, especialmente na governança e nos instrumentos da ação pública, incluindo a proposta da Capes, a partir de 2018, para a sua expansão territorial através dos subprojetos. Essas mudanças apontam para novas problemáticas de pesquisa sobre o Pibid, incluindo os regimes de colaboração mobilizados entre os entes federativos e nas parcerias entre universidades e escolas. O objeto da pesquisa consistiu em compreender os diferentes arranjos de implementação do Pibid ao longo do tempo, o modelo de formação de professores implicado nesses arranjos

e como foram interpretados e implementados no contexto da Universidade Federal Fluminense, incluindo um olhar para a dimensão territorial da implementação a partir dos subprojetos de Matemática, Física, Pedagogia e História.

Desenvolvimento

A pesquisa foi desenvolvida em perspectiva interdisciplinar do ponto de vista teórico-metodológico e epistemológico entre as áreas da Educação, de Políticas Públicas e da Geografia. A referência principal foi a abordagem dos arranjos institucionais de implementação de políticas públicas, que constituem um conjunto de regras e processos formais e informais que definem a forma particular como se articulam atores e interesses na implementação de uma política pública específica. Chamam atenção, portanto, para o modelo de governança implícito na sua condução, além de serem preenchidos pelos instrumentos da ação pública. Sendo assim, o arranjo de implementação define quem são os atores envolvidos e estabelece quais são os papéis de cada um deles, e de que forma interagem na produção de uma ação, plano ou programa governamental específico (PIRES; GOMIDE; 2021).

Porém, operou-se com a abordagem dos arranjos de implementação em uma perspectiva multinível ou multiescalar. Essa perspectiva, que foi proposta pela autora desde pesquisa anterior (COCK, 2018), consiste na análise das múltiplas escalas do fenômeno investigado, daí as contribuições do conceito de escala a partir da Geografia (CASTRO, 2008). Isso resultou em operar com a abordagem dos arranjos institucionais para analisar a implementação do Pibid desde a formulação, no âmbito da Capes/MEC, até o nível dos subprojetos em uma perspectiva longitudinal, admitindo-se a existência de diferentes arranjos de implementação do programa nas suas diferentes escalas ao longo do recorte temporal investigado. Consistiu também em uma análise sobre a dimensão territorial da implementação dos subprojetos selecionados, tendo como referência o significado de território e expansão territorial empregado pelos formuladores, ou seja, como uma categoria ou termo nativo, que se refere ao município de localização das escolas e das redes públicas de educação básica parcerias.

Em um segundo momento da análise operou-se com conceitos e proposições sobre os programas que acontecem em parceria entre as instituições de formação de professores

e as escolas: terceiro espaço, hibridismo, alternância e triângulo da formação docente, a partir de Zeichner (2010), Sarti (2012; 2021), Houssaye (2015) e Nóvoa (1999; 2017). Através das contribuições desses autores, buscou-se dialogar com o campo temático da política pública em questão para compreender que modelos de formação de professores estão implicados nos arranjos de implementação entre os atores e instituições participantes, que formam os três vértices do triângulo da formação docente no Pibid: a Capes (poder público, formuladores), as IES (instituições de formação, implementadores) e as escolas/Secretarias de Educação (espaços de atuação profissional, implementadores).

Desenvolveu-se um estudo longitudinal de abordagem qualitativa com produção de dados mistos (CRESWELL, 2010), através de documentos, 35 entrevistas semiestruturadas, dados quantitativos primários e secundários e dados espaciais. Foi utilizada a estratégia de estudo de caso único incorporado proposta por Yin (2005), cujo recorte abrangeu os editais do Pibid propostos pela Capes de 2007 a 2020, e o caso do Pibid-UFF, cujos Projetos Institucionais foram implementados entre 2010 e 2022 em âmbito institucional e nos subprojetos de Matemática, Física, Pedagogia e História.

Conclusões

No âmbito da Capes/MEC, apontou-se para dois grandes momentos dos arranjos de implementação do Pibid, cujo marco divisório foi o Edital n.º 07/2018, quando o programa passou a apresentar características diferentes em relação aos arranjos que vinham se estabelecendo desde a sua criação em 2007, especialmente nas suas capacidades estatais políticas, nos instrumentos e nas estruturas de governança. Essas mudanças implicaram em oscilação na configuração do modelo formativo de professores do ponto de vista dos formuladores.

No contexto do Pibid-UFF foram percebidas inovações dos gestores na sua condução, sem oscilações na configuração do modelo de formação de professores que já vinha sendo implementado desde o início do programa na instituição. Assim, a despeito das mudanças significativas propostas pela Capes para o Pibid, prevaleceram as ações e o protagonismo da universidade em questão na condução dessa política de formação de professores, inclusive quanto à dimensão territorial da implementação, cujas decisões se

deram a partir da autonomia e discricionabilidade dos formadores no âmbito de cada um dos subprojetos analisados.

Referências

CASTRO, I. E. O problema da escala. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, p. 117-140.

COCK, J. C. A. N. **Estudo de revisão do arranjo institucional de políticas: o caso do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid)**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

COCK, J. C. A. N. **Quem conduz e para onde vai o Pibid?** Arranjos de implementação e modelos formativos de professores: um estudo de caso em uma instituição pública de ensino superior. 2022. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

CRESWELL, J. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

HOUSSAYE, J. Le triangle pédagogique ou comment comprendre la situation pédagogique. In: _____. **Le triangle pédagogique : les différentes facettes de la pédagogie**. Collection Pédagogies. 2. ed. ESF Éditeur, 2015.

NÓVOA, A. Prefácio à segunda edição. In: NÓVOA, António. **Profissão professor**. 2a. ed. Porto: Porto Editora, 1999, p. 7-12.

NÓVOA, A. Firmar a posição como professor, afirmar a profissão docente. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 47, n. 166, p. 1106-1133, 2017.

PIRES, R. R. C.; GOMIDE, A. Arranjos de implementação e ativação de capacidades estatais para políticas públicas: o desenvolvimento de uma abordagem analítica e suas repercussões. **Boletim de Análise Político-Institucional**, n. 29, p. 49-59, jun. 2021.

SARTI, F. M. O triângulo da formação docente: seus jogadores e configurações. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 323-338, 2012.

SARTI, F. M. Relações intergeracionais no mercado brasileiro de formação docente: antigos e novos desafios a considerar. **Pro-Posições**, Campinas, v. 32, e20180082, p. 1-21, 2021.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZEICHNER, K. Repensando as conexões entre a formação na universidade e as experiências de campo na formação de professores em faculdades e universidades. **Educação (UFSM)**, Santa Maria, v. 35, n. 3, p. 479-504, 2010.